

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2014/2015

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: RJ002243/2014
DATA DE REGISTRO NO MTE: 02/10/2014
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR044241/2014
NÚMERO DO PROCESSO: 46215.018381/2014-72
DATA DO PROTOCOLO: 21/08/2014

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, CNPJ n. 33.953.449/0001-23, neste ato representado(a) por seu Membro de Diretoria Colegiada, Sr(a). OLÍMPIO ALVES DOS SANTOS;

SINDICATO DOS ARQUITETOS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, CNPJ n. 34.262.469/0001-10, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). EDIVALDO SOUZA CABRAL;

E

SIND NACIONAL EMPR ARQUITETURA E ENGENHARIA CONSULTIVA, CNPJ n. 59.940.957/0001-60, neste ato representado(a) por seu Diretor, Sr(a). MORGANA PLATCHECK;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de maio de 2014 a 30 de abril de 2015 e a data-base da categoria em 01º de maio.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) a saber: **Profissionais Liberais, Engenheiros e Arquitetos**, com abrangência territorial em Angra dos Reis/RJ, Aperibé/RJ, Araruama/RJ, Areal/RJ, Armação dos Búzios/RJ, Arraial do Cabo/RJ, Barra do Pirai/RJ, Barra Mansa/RJ, Belford Roxo/RJ, Bom Jardim/RJ, Bom Jesus do Itabapoana/RJ, Cabo Frio/RJ, Cachoeiras de Macacu/RJ, Cambuci/RJ, Campos dos Goytacazes/RJ, Cantagalo/RJ, Carapebus/RJ, Cardoso Moreira/RJ, Carmo/RJ, Casimiro de Abreu/RJ, Comendador Levy Gasparian/RJ, Conceição de Macabu/RJ, Cordeiro/RJ, Duas Barras/RJ, Duque de Caxias/RJ, Engenheiro Paulo de Frontin/RJ, Guapimirim/RJ, Iguaba Grande/RJ, Itaboraí/RJ, Itaguaí/RJ, Italva/RJ, Itaocara/RJ, Itaperuna/RJ, Itatiaia/RJ, Japeri/RJ, Laje do Muriaé/RJ, Macaé/RJ, Macuco/RJ, Magé/RJ, Mangaratiba/RJ, Maricá/RJ, Mendes/RJ, Mesquita/RJ, Miguel Pereira/RJ, Miracema/RJ, Natividade/RJ, Nilópolis/RJ, Niterói/RJ, Nova Friburgo/RJ, Nova Iguaçu/RJ, Paracambi/RJ, Paraíba do Sul/RJ, Paraty/RJ, Paty do Alferes/RJ, Petrópolis/RJ, Pinheiral/RJ, Pirai/RJ, Porciúncula/RJ, Porto Real/RJ, Quatis/RJ, Queimados/RJ, Quissamã/RJ, Resende/RJ, Rio Bonito/RJ, Rio Claro/RJ, Rio das Flores/RJ, Rio das Ostras/RJ, Rio de Janeiro/RJ, Santa Maria Madalena/RJ, Santo Antônio de Pádua/RJ, São Fidélis/RJ, São Francisco de Itabapoana/RJ, São Gonçalo/RJ, São João da Barra/RJ, São João de Meriti/RJ, São José de Ubá/RJ, São José do Vale do Rio Preto/RJ, São Pedro da Aldeia/RJ, São Sebastião do Alto/RJ, Sapucaia/RJ, Saquarema/RJ, Seropédica/RJ, Silva Jardim/RJ, Sumidouro/RJ, Tanguá/RJ, Teresópolis/RJ, Trajano de Moraes/RJ, Três Rios/RJ, Valença/RJ, Varre-Sai/RJ, Vassouras/RJ e Volta Redonda/RJ.

SALÁRIOS, REAJUSTES E PAGAMENTO REAJUSTES/CORREÇÕES SALARIAIS

CLÁUSULA TERCEIRA - REAJUSTE SALARIAL

SALÁRIOS, REAJUSTES E PAGAMENTOS

3 - REAJUSTE SALARIAL

Os salários de abril de 2014 serão corrigidos, na data base de 1º de maio de 2014, em 7%.

Parágrafo 1º - Ficam preservados os aumentos ocorridos no período de 1º de maio/13 a 30 de abril de 2014, a título de mérito, promoção, transferência, implemento de idade e inclusive aumentos reais concedidos pela Empresa em caráter indispensável.

Parágrafo 2º - Para os empregados admitidos após a data-base de 1/maio/2013, e para as empresas representadas, constituídas ou afiliadas após estas mesmas datas, o reajuste, de que trata o "Caput" desta cláusula, poderá ser aplicado com o critério de proporcionalidade, conforme tabela anexa, à razão de 1/12 (um doze avos) do percentual previsto no "caput" por mês ou fração igual ou superior a 15 dias trabalhados, observado o disposto no artigo 461 da CLT, respeitada a isonomia salarial de cada empresa.

Tabela de Proporcionalidade 2013/2014

Mês de Admissão	Atualização (%)
mai/13	7,00
jun/13	6,42
jul/13	5,83
ago/13	5,25
set/13	4,67
out/13	4,08
nov/13	3,50
dez/13	2,92
jan/14	2,33
fev/14	1,75
mar/14	1,17
abr/14	0,58

PAGAMENTO DE SALÁRIO – FORMAS E PRAZOS

CLÁUSULA QUARTA - PAGAMENTO DE SALÁRIOS

4 - PAGAMENTO DE SALÁRIOS

As empresas comprometem-se a efetuar o pagamento dos salários até o 5º (quinto) dia útil após vencido o mês, mantendo-se as condições mais favoráveis já praticadas.

Parágrafo 1º - O atraso do pagamento de salário, 13º (décimo terceiro) salário, férias e seu respectivo abono, implicarão no pagamento de correção monetária equivalente à TR, mais juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, a partir da data devida para pagamento até a data do efetivo pagamento.

Parágrafo 2º - As empresas que não possuam postos bancários em suas dependências ou que não efetuem o pagamento de salário na própria empresa deverão liberar seus empregados para permitir o recebimento. Este parágrafo não se aplica aos empregados que optarem por ter seus salários depositados em banco/agência que não seja aquele(a) que a empresa utiliza para tal finalidade.

CLÁUSULA QUINTA - COMPROVANTE DE PAGAMENTO

28 - COMPROVANTE DE PAGAMENTO

As empresas fornecerão aos seus empregados comprovantes de todos e quaisquer pagamentos a eles feitos, contendo a discriminação da empresa, do empregado, das parcelas pagas e dos descontos efetuados, nos quais deverá haver a indicação da parcela relativa ao FGTS.

PARÁGRAFO ÚNICO - As horas extras deverão constar do mesmo demonstrativo de pagamento que discriminará seu número e as porcentagens de seus adicionais.

OUTRAS NORMAS REFERENTES A SALÁRIOS, REAJUSTES, PAGAMENTOS E CRITÉRIOS PARA CÁLCULO

CLÁUSULA SEXTA - RETROATIVIDADE

5 - RETROATIVOS

As empresas comprometem-se a efetuar o pagamento das diferenças entre os valores corrigidos pela presente CCT e os valores vigentes em 30 de abril de 2014 até o dia 30 de setembro de 2014.

Parágrafo único – No caso de empregado(a) que seja desligado de qualquer empresa abrangida por esta CCT, antes de 30 de setembro de 2014, o pagamento das diferenças citadas no caput desta cláusula deverá ocorrer na rescisão do Contrato de Trabalho.

CLÁUSULA SÉTIMA - REFLEXO DAS HORAS EXTRAS E DO ADICIONAL NOTURNO

6 - REFLEXO DAS HORAS EXTRAS E DO ADICIONAL NOTURNO

A média das horas extras, bem como do adicional noturno, refletirá no pagamento das férias, décimo terceiro salário, DSR's e verbas rescisórias nos termos da legislação trabalhistas.

GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS, AUXÍLIOS E OUTROS ADICIONAL DE HORA-EXTRA

CLÁUSULA OITAVA - HORAS EXTRAS

17 - HORAS EXTRAS

Serão consideradas como horas extraordinárias aquelas prestadas pelos(as) empregados(as) em **Regime Ordinário de Trabalho**, em número excedente ao previsto na Cláusula Décima Sétima.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As horas extraordinárias devidas por prorrogação da jornada de trabalho, **até o limite de 32 (trinta e duas) horas mensais**, entre segundas-feiras e sextas-feiras (inclusive), excluindo-se horas trabalhadas em sábados, domingos e feriados, serão remuneradas com o adicional de 50% (cinquenta por cento) incidente sobre o valor da hora em **Regime Ordinário de Trabalho**;

PARÁGRAFO SEGUNDO - As horas extraordinárias devidas por prorrogação da jornada de trabalho, **além de 32 (trinta e duas) horas mensais** mencionadas no PARÁGRAFO PRIMEIRO desta Cláusula, inclusive todas as horas trabalhadas em sábados, domingos e feriados, serão remuneradas com o adicional de 100% (cem por cento), incidente sobre o valor da hora em **Regime Ordinário de Trabalho**;

PARÁGRAFO TERCEIRO - As horas extraordinárias devidas, por prorrogação da jornada de trabalho, terão seus valores calculados sobre o valor da hora em **Regime Ordinário de Trabalho** correspondente ao mês em que tais horas estiverem sendo efetivamente computadas em folha de pagamento, não devendo o pagamento ultrapassar ao do mês subsequente ao de sua efetiva prestação;

PARÁGRAFO QUARTO - Os(As) empregados(as) lotados nos escritórios das **EMPRESAS**, exercendo serviços eventuais nos locais de campo / obra, perceberão, como horas extraordinárias, quaisquer acréscimos havidos na sua jornada de trabalho pelo tempo em que permanecerem no campo / obra.

AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

CLÁUSULA NONA - AUXÍLIO REFEIÇÃO/ALIMENTAÇÃO

7 - AUXÍLIO REFEIÇÃO/ALIMENTAÇÃO

Desde que não possuam restaurante ou fornecimento de refeições, a partir de 01/05/14, as Empresas abrangidas pela presente convenção fornecerão, a todos os seus empregados, auxílio refeição no valor de face mínimo de R\$ 27,00 (vinte e sete reais), por dia trabalhado, em conformidade com o PAT.

Parágrafo 1º - Será permitido o pagamento em espécie (moeda corrente do País), nas localidades em que não houver possibilidade de operacionalizar a utilização dos tíquetes;

Parágrafo 2º - O benefício do auxílio refeição pago em dinheiro não tem caráter indenizatório para todos os fins.

Parágrafo 3º - O benefício do auxílio refeição não se caracteriza para todos os efeitos como salário utilidade e/ou não integra a remuneração do(a) empregado(a);

Parágrafo 4º - O valor previsto no "caput" será devido a partir de 1º de maio de 2014

AUXÍLIO TRANSPORTE

CLÁUSULA DÉCIMA - VALE TRANSPORTE

14 - VALE TRANSPORTE

As Empresas fornecerão aos seus empregados o Vale Transporte, respeitado o estabelecido pela Lei 7.418 de 16/12/85, regulamentada pelo Decreto nº 95.247 de 17/11/87.

AUXÍLIO SAÚDE

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - PLANO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA / HOSPITALAR

13 - PLANO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA / HOSPITALAR

As **EMPRESAS** na base territorial abrangida por esta Convenção Coletiva de Trabalho, implementarão plano de Assistência Médica/Hospitalar (Plano Empresa) para todos os seus empregados e empregadas, extensivo para seus dependentes diretos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – As **EMPRESAS** que ainda não concedem plano de Assistência Médica/Hospitalar (Plano Empresa), deverão implementá-lo até o mês de novembro de 2014;

PARÁGRAFO SEGUNDO - O plano de Assistência Médica/Hospitalar (Plano Empresa) será custeado, parcialmente ou integralmente, pelas **EMPRESAS** abrangidas por esta Convenção Coletiva de Trabalho;

PARÁGRAFO TERCEIRO – O(A) empregado(a) que não desejar aderir ao plano de Assistência Médica/Hospitalar (Plano Empresa), oferecido pela **EMPRESA**, deverá manifestar por escrito sua recusa.

PARÁGRAFO QUARTO – O(A) empregado(a) demitido(a) sem justa causa, se desejar, e a operadora de saúde autorizar e às suas expensas, poderá continuar no plano de Assistência Médica/Hospitalar de acordo com o estabelecido na Lei 9656/98 (Legislação sobre seguros e Planos de Saúde). A **EMPRESA** deverá comunicar este direito do(a) empregado(a) no ato da concessão do aviso prévio.

AUXÍLIO MORTE/FUNERAL

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - AUXÍLIO FUNERAL

12 - AUXÍLIO FUNERAL

Ocorrido o falecimento do(a) empregado(a) durante o vínculo empregatício, ainda que suspenso ou interrompido, as **EMPRESAS** concederão aos seus beneficiários, **a título de Auxílio Funeral**, importância igual a 02 (duas) vezes o salário mínimo nacional, juntamente com as demais verbas rescisórias, tendo assim, característica indenizatória.

PARÁGRAFO ÚNICO – As **EMPRESAS** que já concedem este benefício conjugado com a cláusula anterior, que normatiza os Planos de Seguros, ficam isentas dessa obrigação, mantendo suas atuais regras.

AUXÍLIO CRECHE

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - REEMBOLSO CRECHE

8 - REEMBOLSO CRECHE

As **EMPRESAS** reembolsarão integralmente seus empregados(as), ainda que viúvas(os), solteiras(os) ou separadas(os), os gastos com creche dos(as) filhos(as) legítimos e inclusive os(as) adotivos(as) legalmente comprovados, até 06 (seis) meses de idade, nos termos da Portaria no 3.296 do MTb e, após os 06 (seis) meses, concederão uma Ajuda Creche de até R\$ 420,00 (quatrocentos e vinte reais) a partir de maio/2014, mediante ao reembolso de despesas efetivamente comprovadas até que seus filhos completem 36 (trinta e seis) meses de idade. Quando o reembolso se der para o empregado, este deverá declarar, sob as penas da lei, que tal benefício não é recebido pela mãe em outra empresa.

As empregadas e empregados que detenham posse e guarda dos(as) filhos(as), inclusive adotados(as), admitidas(os) durante a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho também farão jus ao mesmo benefício até que seus filhos completem 36 (trinta e seis) meses de idade.

PARÁGRAFO ÚNICO - A escolha formal da(o) empregada(o) pelo sistema estabelecido na Portaria no 3.296/86 MTb não desobriga as **EMPRESAS** do pagamento integral das demais mensalidades, a partir do 7º (sétimo) mês estabelecidas no caput desta Cláusula;

SEGURO DE VIDA

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - SEGURO DE ACIDENTES PESSOAIS

11 - SEGURO DE ACIDENTES PESSOAIS

As **EMPRESAS** se obrigam, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da assinatura desta Convenção Coletiva de Trabalho, a fazer seguro em favor de seus(suas) empregados(as) para cobertura de acidentes pessoais dos quais decorra morte ou invalidez permanente, ocorridos em razão única e exclusiva de atividade profissional do(a) empregado(a) e quando do seu exercício no âmbito do contrato de trabalho com a mesma **EMPRESA**.

PARÁGRAFO ÚNICO - A importância resultante do seguro deverá corresponder a, no mínimo, dez vezes o salário mensal do(a) empregado(a) na data do sinistro, responsabilizando-se a **EMPRESA** que preferir não fazer o seguro no prazo e nos moldes previstos no *caput*, a pagar ou mesmo complementar, a título de indenização, a quantia ajustada aos(as) empregados(as) ou eventualmente a seus sucessores.

OUTROS AUXÍLIOS

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - COMPLEMENTAÇÃO AUXÍLIO PREVIDENCIÁRIO

9 - COMPLEMENTAÇÃO AUXÍLIO PREVIDENCIÁRIO

Independentemente do pagamento dos salários correspondentes aos primeiros 15 (quinze) dias de afastamento, decorrentes de auxílio doença concedido pela Previdência Social, as **EMPRESAS** completarão o valor dos salários dos(as) incapacitados(as) para o serviço entre o 16º (décimo sexto) dia até, no máximo, o 180º (centésimo octogésimo) dia de afastamento, observado o limite do teto do salário de benefício de contribuição previdenciária para os(as) empregados(as), exclusivamente em relação aos(as) empregados(as) que contem com 01 (um) ano completo de vínculo empregatício contínuo ou mais com a mesma **EMPRESA**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O valor pago em decorrência do previsto no *caput* estará revestido de natureza assistencial não sendo computável para efeitos previdenciários ou trabalhistas como parcela integrante do salário e não implicará cômputo do tempo de serviço na hipótese de auxílio-doença cuja duração sempre será tida como período de suspensão do contrato de trabalho;

PARÁGRAFO SEGUNDO - Os valores pagos em decorrência do previsto no *caput* deverão observar as retenções do IRF por força da legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

10 - PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

As **EMPRESAS** situadas na base territorial da presente Convenção Coletiva de Trabalho comprometem-se a distribuir e/ou divulgar em seus quadros de avisos, os informes encaminhados pelo SENGE/RJ para as empresas, referentes ao Plano de Previdência Complementar (Mutua-RJ, Caixa de Assistência dos Profissionais do CREA/RJ), bem como encaminhar os interessados ao SENGE/RJ ou à Mutua-RJ para consultas dos planos oferecidos.

Parágrafo único: As empresas que já oferecem algum tipo de benefício de Plano de Previdência Complementar (Previdência Privada) ficam excluídas desse compromisso

CONTRATO DE TRABALHO – ADMISSÃO, DEMISSÃO, MODALIDADES NORMAS PARA ADMISSÃO/CONTRATAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - CARTEIRA DE TRABALHO - ANOTAÇÕES

30 - CARTEIRA DE TRABALHO - ANOTAÇÕES

A CTPS recebida para anotações deverá ser devolvida ao empregado no prazo máximo de 48 horas. A entrega de quaisquer documentos ao empregado deverá ser feita mediante recibo.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O empregado estará obrigado a entregar sua CTPS, no prazo de 02 (dois) dias úteis, quando solicitado pela empresa.

PARÁGRAFO SEGUNDO - As empresas deverão anotar na CTPS a correta denominação profissional, referente à função para o qual o(a) profissional foi contratado(a), não podendo adotar nomes que discrepem deste.

PARÁGRAFO TERCEIRO – As empresas deverão atualizar o salário base dos seus empregados, no prazo máximo de 15 dias úteis após a ocorrência de alteração salarial.

DESLIGAMENTO/DEMISSÃO

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - RESCISÕES CONTRATUAIS NO SENGE-RJ/SARJ

23 - RESCISÕES CONTRATUAIS NO SENGE-RJ/SARJ

As Empresas deverão proceder às homologações das rescisões de contrato de trabalho no sindicato que representa a categoria profissional correspondente ao empregado representado pelo SENGE-RJ ou pelo SARJ, nos prazos da Lei 7855/89, devendo, entretanto, agendar, previamente, cada homologação.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os pagamentos efetuados com atraso estarão sujeitos à correção monetária idêntica à prevista na legislação vigente para atualização de débitos trabalhistas.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O Sindicato se compromete a fornecer protocolo da entrega do processo de rescisão, valendo a data do protocolo como dia do cumprimento da obrigação, desde que a empresa compareça no dia marcado para a homologação.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - AVISO DE DISPENSA

29 - AVISO DE DISPENSA

A dispensa de empregado deverá ser comunicada por escrito, qualquer que seja o motivo, sob pena de gerar presunção de dispensa imotivada.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - CARTA DE REFERÊNCIA

32 - CARTA DE REFERÊNCIA

A empresa, nas demissões de empregados sem justa causa, e quando solicitada, se obriga a entregar ao demitido uma carta de referência.

PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - CONTRATAÇÃO DE EMPREGADOS COM DEFICIÊNCIA

31 - CONTRATAÇÃO DE EMPREGADOS COM DEFICIÊNCIA

Os **sindicatos das categorias profissionais**, signatários da presente CCT, juntamente com o Sinaenco estabelecerão parcerias na obtenção de recursos para identificar, localizar, selecionar, enfim colaborar com as Empresas para que possam atender a legislação vigente relativo ao cumprimento da “Lei das cotas”.

RELAÇÕES DE TRABALHO – CONDIÇÕES DE TRABALHO, NORMAS DE PESSOAL E ESTABILIDADES QUALIFICAÇÃO/FORMAÇÃO PROFISSIONAL

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - CERTIFICADO DE CURSOS

26 - CERTIFICADO DE CURSOS

No ato da rescisão de contrato de trabalho, a empresa fornecerá ao empregado, declaração de cursos que o empregado tenha concluído na empresa, desde que solicitado por escrito.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - RECICLAGEM TECNOLÓGICA (APERFEIÇOAMENTO TÉCNICO)

27 - RECICLAGEM TECNOLÓGICA (APERFEIÇOAMENTO TÉCNICO)

As Empresas proporcionarão treinamento para seus empregados, entendendo-se como tal, a participação em cursos ministrados pela própria empresa ou terceiros, participação em seminários, congressos ou eventos similares de interesse da empresa.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As empresas divulgarão amplamente sua política de treinamento, bem como as previsões anuais de realização de cursos, eventos, seminários, etc., incentivando a participação dos seus empregados.

PARÁGRAFO SEGUNDO - As empresas incentivarão intercâmbio, entre as empresas do setor de trabalho, como uma das formas de aperfeiçoamento profissional.

PARÁGRAFO TERCEIRO - As empresas envidarão esforços na criação de mecanismos que possibilitem a adequada inovação do quadro de empregados e a transferência de conhecimento nas várias áreas de sua atuação.

PARÁGRAFO QUARTO - O Sindicato Patronal em conjunto com os Sindicatos signatários desta CCT implantarão uma Comissão Paritária com a finalidade de propor e coordenar sistemas de atualização e aperfeiçoamento profissional.

PARÁGRAFO QUINTO - As empresas se organizarão no sentido de proporcionar treinamento com carga horária anual mínima equivalente ao produto de 10 (dez) horas pelo número de engenheiros registrados nos seus quadros de funcionários. Os beneficiários destes treinamentos serão escolhidos pela empresa em função de sua necessidade de competição no mercado. Nos eventos patrocinados pela própria empresa, será considerada carga horária do evento o produto do tempo de sua duração pelo número de participantes.

ESTABILIDADE MÃE

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - GARANTIA PÓS-PARTO

24 - GARANTIA PÓS-PARTO

Será concedida garantia provisória de emprego à empregada pós-parto em até 150 (cento e cinquenta) dias após o término da licença maternidade, ressalvados os casos de rescisão contratual por justa causa ou por iniciativa da empregada.

PARÁGRAFO ÚNICO – A dispensa sem justa causa só poderá ocorrer mediante declaração manuscrita e assinada pela empregada, manifestando concordância com a dispensa. A concordância com a dispensa restringe-se somente

ao período de garantia provisória do emprego (total ou restante), tendo caráter apenas indenizatório no ato da Homologação do Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho.

ESTABILIDADE APOSENTADORIA

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - DISPENSA DE EMPREGADO EM ÉPOCA DE APOSENTADORIA

25 - DISPENSA DE EMPREGADO EM ÉPOCA DE APOSENTADORIA

As **EMPRESAS** se obrigam a não dispensar, no período de doze meses imediatamente anteriores à complementação de tempo de serviço mínimo para aposentadoria pela previdência social, os(as) empregados(as) que contem com o mínimo de 05 (cinco) anos completos de vinculação empregatícia exclusivamente com essas **EMPRESAS**.

PARÁGRAFO ÚNICO - A garantia assegurada aos(as) empregados(as) de que trata esta cláusula fica subordinada à observância dos seguintes pontos:

I) A estabilidade provisória só será adquirida a partir do recebimento, pelo empregador, de comunicação do(a) empregado(a), por escrito e acompanhada de documentação comprobatória, sem efeito retroativo, de reunir as condições previstas.

II) A estabilidade provisória não compreende, também, os casos de demissão por motivo de força maior, e se extinguirá se não for requerida a aposentadoria pelo(a) empregado(a) imediatamente após a data em que haja sido complementado o tempo mínimo à aquisição do direito ao benefício.

JORNADA DE TRABALHO – DURAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, CONTROLE, FALTAS DURAÇÃO E HORÁRIO

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - DURAÇÃO SEMANAL DO TRABALHO

15 - DURAÇÃO SEMANAL DO TRABALHO

As **EMPRESAS** abrangidas pela presente Convenção Coletiva de Trabalho, quando disponibilizarem seus(suas) empregados(as) para exercerem suas funções nas dependências dos clientes ou no campo/obra, poderão adotar o limite de duração semanal de trabalho ordinário fixado na legislação vigente, observada a exceção prevista no **PARÁGRAFO ÚNICO**.

Parágrafo único – Os(As) empregados(as) que exercem suas funções nos escritórios (matriz ou filiais) das **EMPRESAS** terão o limite de duração semanal de trabalho ordinário máximo reduzido para 40:00hs (quarenta horas) semanais, sem redução de salários.

PRORROGAÇÃO/REDUÇÃO DE JORNADA

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - BANCO DE HORAS

16 - BANCO DE HORAS

Pela presente Convenção Coletiva de Trabalho e conforme permissivo legal fica formado o Banco de Horas, que permite acumular saldo de horas positivas e negativas, quer pela prestação de serviços em jornadas extraordinárias de trabalho para atender necessidades contratuais do empregador, quer para atender ausências particulares dos empregados.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Esse banco de horas terá como limite o total de **32** horas/mês, positivas ou negativas, que se acumularão durante o período de 6 (seis) meses ou **180** (cento e oitenta) dias, findo o qual deverá ser zerado a partir do mês subsequente, seja através do pagamento ou desconto do saldo de horas remanescentes, iniciando-se então novo período.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O excedente às **32** horas no mês deverá ser remunerado como hora extra, se positivo,

com o acréscimo percentual estabelecido nesta Convenção Coletiva, ou, se negativo, descontado como hora normal, no mês seguinte ao de sua apuração.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Poderão as partes, empregado e empregador, se assim convier, negociar para que o saldo de horas possa ser transferido para um outro período de apuração. Se positivo, possa ser compensado em correspondente período de faltas, total ou parcial e na forma ordinária, ou, em se tratando de saldo negativo, seja descontado, também na forma ordinária, de uma só vez ou parceladamente.

PARÁGRAFO QUARTO - Salvo as exceções previstas no artigo 61 da CLT, a jornada diária de trabalho não poderá ultrapassar o limite de 10 horas, compreendendo-se nesse limite a compensação do sábado, objeto da duração semanal da jornada de trabalho.

PARÁGRAFO QUINTO - Ocorrendo rescisão contratual, as horas de saldo positivas, então existentes, serão remuneradas com o acréscimo conforme percentual estabelecido nesta Convenção, ou descontadas como horas normais, se negativas.

CONTROLE DA JORNADA

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - CONTROLE DE PONTO

18 - CONTROLE DE PONTO

A forma de registro das horas trabalhadas poderá ser objeto de negociação e acordo diretamente entre as empresas e o Sindicato da categoria profissional.

OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE JORNADA

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - DESCONTO PROPORCIONAL DO DSR

20 - DESCONTO PROPORCIONAL DO DSR

As empresas descontarão no DSR, na justa proporção, os dias ou horas não trabalhadas, respeitadas as políticas de compensações praticadas.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - ATESTADOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS

21 - ATESTADOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS

As empresas aceitam, para efeito de abono, os atestados médicos e odontológicos emitidos por profissionais próprios ou conveniados dos Sindicatos. Tais atestados passarão, obrigatoriamente, para fins estatísticos e avaliação, pelos serviços médicos das empresas.

FÉRIAS E LICENÇAS DURAÇÃO E CONCESSÃO DE FÉRIAS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - FÉRIAS / FÉRIAS COLETIVAS

22- FÉRIAS / FÉRIAS COLETIVAS

As férias não poderão se iniciar em sábados, domingos, feriados ou dias já compensados.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os dias 25 de dezembro e 1º de janeiro não serão computados na contagem da duração de férias coletivas que os abranjam, gerando um crédito de 2 (dois) dias para os trabalhadores que se enquadrem na condição.

PARÁGRAFO SEGUNDO: As empresas permitirão que os empregados com 50 anos ou mais possam requerer o gozo de férias em 2 períodos, nas mesmas condições dos demais trabalhadores.

LICENÇA REMUNERADA

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - AUSÊNCIAS LEGAIS

19 - AUSÊNCIAS LEGAIS

As **EMPRESAS** considerarão, na vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho, como faltas justificadas ao serviço (sem prejuízo do salário) e portanto abonadas, as seguintes faltas:

- I) 02 (dois) dias úteis consecutivos, em caso de falecimento do cônjuge, ascendente, descendente, irmão, irmã ou pessoa que, declarada em sua CTPS, viva sob dependência econômica do (a) empregado(a);
- II) 03 (três) dias úteis consecutivos, em virtude de casamento;
- III) 05 (cinco) dias úteis consecutivos, em caso de nascimento de filho (a), no decorrer dos primeiros 12 (doze) dias contados da data do nascimento;
- IV) 01 (um) dia útil, a cada 12 (doze) meses de trabalho efetivo, em caso de doação voluntária de sangue, devidamente comprovada;
- V) 02 (dois) dias úteis consecutivos ou não, para se alistar eleitor (a).
- VI) Nos dias em que estiver comprovadamente realizando provas de exame vestibular para ingresso em estabelecimento de ensino superior;
- VII) 01 (uma) hora por dia, nos dias de prova, para o(a) empregado(a) que comprovadamente estiver estudando em estabelecimentos de ensino fundamental, médio, superior ou profissionalizante;
- VIII) Pelo tempo que se fizer necessário, quando tiver que comparecer a juízo, devidamente comprovado;
- IX) O total de horas utilizadas quando do acompanhamento a consultas médicas de filhos(as) de qualquer idade que sejam portadores de necessidades especiais, mediante comprovação por declaração médica.

SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR UNIFORME

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - UNIFORMES E EPIS

33 - UNIFORMES E EPIS

Os uniformes e roupas profissionais, quando exigidos, assim como os EPIS (equipamentos de proteção individuais), serão fornecidos gratuitamente pelas empresas aos empregados.

RELAÇÕES SINDICAIS SINDICALIZAÇÃO (CAMPANHAS E CONTRATAÇÃO DE SINDICALIZADOS)

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - INCENTIVO À SINDICALIZAÇÃO (CAMPANHAS E CONTRATAÇÃO DE SINDICALIZADOS)

39 - INCENTIVO À SINDICALIZAÇÃO (campanhas e contratação de sindicalizados)

Mediante prévio ajuste entre Empresa e SENGE quanto a data da realização serão permitidas campanhas de sindicalização dos empregados limitadas 2 dias por trimestre.

Parágrafo Único: As campanhas deverão ser realizadas de modo a não interferir na execução dos serviços dos empregados

ACESSO DO SINDICATO AO LOCAL DE TRABALHO

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - PUBLICIDADE

37 - PUBLICIDADE

As empresas concordam em divulgar através de seus quadros de aviso, sob a inteira responsabilidade do **SENGE-RJ e/ou do SARJ**, informativos que tratem de assuntos de interesse do Sindicato, desde que os mesmos sejam encaminhados formalmente para fixação, através do órgão de pessoal da empresa.

REPRESENTANTE SINDICAL

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - REPRESENTANTE SINDICAL

34 - REPRESENTANTE SINDICAL

As empresas reconhecem como representante dos Sindicatos dos Engenheiros e dos Arquitetos, o profissional eleito pelos integrantes das referidas categorias, na razão de 1 (um) para cada 200 (duzentos) profissionais ou fração, outorgando aos mesmos garantia de emprego, nos termos do artigo 543 da CLT.

LIBERAÇÃO DE EMPREGADOS PARA ATIVIDADES SINDICAIS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - EVENTOS SINDICAIS

35 - EVENTOS SINDICAIS

As empresas abonarão as ausências de seus empregados em até 2 (dois) dias por evento e até 2 (dois) eventos por ano para participação em eventos promovidos pelas Federações e/ou pelos Sindicatos dos Engenheiros/RJ e Arquitetos/RJ, desde que a Empresa seja notificada com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas.

GARANTIAS A DIRETORES SINDICAIS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - DIRIGENTE SINDICAL DO SENGE-RJ E DO SARJ

36 - DIRIGENTE SINDICAL DO SENGE-RJ E DO SARJ

As empresas concordam que os empregados representados pelo SENGE-RJ e pelo SARJ, que possuam mandato de Dirigentes Sindicais, poderão ausentar-se dos respectivos locais de trabalho para cumprimento das exigências relacionadas com as atribuições inerentes aos correspondentes cargos para os quais foram os mesmos eleitos, relativos ao setor de Engenharia Consultiva, sem prejuízo dos seus vencimentos e dos demais benefícios decorrentes do Contrato de Trabalho.

CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL DOS EMPREGADOS REPRESENTADOS PELO SENGE-RJ

41 - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL DOS EMPREGADOS REPRESENTADOS PELO SENGE-RJ OU PELO SARJ

As EMPRESAS descontarão em folha de pagamentos a título de Contribuição Assistencial dos seus empregados representados pelo SENGE-RJ e pelo SARJ, a importância equivalente a 2% (dois por cento) calculada sobre o salário bruto de cada empregado que mantenha vínculo empregatício com as respectivas EMPRESAS, na ocasião da assinatura desta Convenção Coletiva de Trabalho.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Fica assegurado aos empregados representados pelo SENGE-RJ e pelo SARJ o direito de manifestar, por escrito, oposição ao desconto definido no caput desta cláusula. O documento de oposição deverá ser manuscrito e assinado pelo próprio empregado. No preenchimento do documento deverão constar nome completo, número do RG, número do CPF, número do Crea e estado de origem, formação, além da razão social e cnpj da empresa com a qual o profissional tem vínculo empregatício.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O documento de oposição ao desconto definido no caput desta cláusula deverá ser entregue, pessoalmente pelo próprio empregado, no período de 15 (quinze) dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 11 às 17hs, a contar da data de assinatura da presente convenção, nos locais descritos abaixo:

- a) para os profissionais representados pelo SENGE-RJ, na sede do sindicato, situada à Av. Rio Branco, nr. 277 – 8º andar, Centro, Rio de Janeiro – RJ;
- b) para os profissionais representados pelo SARJ, sede do sindicato, situada à Avenida Venezuela 131, 8º andar, sala 811, Saúde, Rio de Janeiro –RJ,

PARÁGRAFO TERCEIRO - As EMPRESAS somente deixarão de efetuar o desconto referido no caput desta cláusula no contra-cheque dos seus empregados, representados pelo SENGE-RJ ou pelo SARJ, referentes aqueles profissionais que constarem na lista encaminhada pelo SENGE-RJ e pelo SARJ, contendo os sócios adimplentes de cada um desses sindicatos, além daqueles profissionais que apresentaram carta de oposição no prazo respeitado o disposto nos parágrafo primeiro, segundo e terceiro, desta cláusula.

PARÁGRAFO QUARTO - O desconto DAR-SE-Á EM UMA ÚNICA VEZ, sobre o salário já reajustado conforme as Cláusulas REAJUSTE SALARIAL, desta CCT, no mês subsequente ao da data de transmissão para registro desta Convenção Coletiva de Trabalho junto ao MTE/Sistema Mediador.

PARÁGRAFO QUINTO - O repasse ao SENGE-RJ e ao SARJ, dos valores descontados em folha de pagamentos, conforme caput desta cláusula, será de até 05 (cinco) dias úteis a partir da data de pagamento do salário a que se refere o parágrafo anterior.

PARÁGRAFO SEXTO - Os descontos realizados dentro do prazo descrito no parágrafo anterior serão repassados ao SENGE-RJ e ao SARJ, mediante as seguintes formas:

- a) Para o **SENGE-RJ**: através de depósito bancário específico identificado conta nº **400636-4 do Banco do Brasil, Agência 392-1 – Cinelândia**.
- b) Para o **SARJ**: através de depósito bancário específico identificado conta nº 03775689-7 agência 0542 da Caixa Econômica Federal.

PARÁGRAFO SÉTIMO – Nos 10 (dez) dias subseqüentes aos descontos efetuados, conforme supra regulado, as EMPRESAS enviarão ao SENGE-RJ e ao SARJ a relação de todos os seus empregados representados por cada um dos sindicatos, respectivamente, e, constando, para cada empregado, o nome completo, cpf, formação (graduação), data de admissão, bem como os valores dos salários e respectivos descontos, além da cópia do respectivo depósito bancário ou comprovante de pagamento.

PARÁGRAFO OITAVO – O empregado(a) que esteja de férias ou que exerça suas atividades profissionais em qualquer localidade fora dos municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro poderá enviar a carta de oposição através do Correios da cidade onde estiver exercendo suas atividades profissionais ou em gozo de férias, mediante carta registrada, postada individualmente, elaborada conforme definido no parágrafo segundo desta cláusula, enviando uma cópia da mesma à EMPRESA em que trabalha.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL

43 - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL

Conforme deliberado pela Assembleia Geral Extraordinária do Sinaenco e previsto na Constituição Federal, artigo 8º, inciso IV, combinado com o artigo 513, letra e, da Consolidação das Leis de Trabalho CLT, o valor da contribuição como tem ocorrido anualmente, é determinado pela classe em que se enquadra a receita operacional da empresa, de acordo com a tabela abaixo:

TABELA DA CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL - 2014

As empresas integrantes da categoria econômica representadas pelo SINAENCO recolherão em favor deste

Sindicato , a título de Contribuição Assistencial, conforme aprovado pela AGE de 07/05/2014, os valores a seguir discriminados :

A) Empresas associadas: Classe A-R\$ 690,00 ; Classe B-R\$ 600,00 ; Classe C-R\$ 495,00;Classe D-R\$ 390,00; Classe E-R\$ 240,00 ; Classe F-R\$ 90,00; Classe G-R\$ 45,00;

B) Empresas não associadas : R\$ 100,00.

PARÁGRAFO ÚNICO - Entende-se por associadas às empresas pertencentes ao quadro social do SINAENCO e regularmente em dia com suas mensalidades. Por não associadas às empresas filiadas ou representadas, isto é, as empresas pertencentes à categoria econômica da arquitetura e da engenharia consultiva não pertencentes ao quadro social do SINAENCO, estabelecidas na base territorial do Estado do Rio de Janeiro.

O Pagamento das empresas associada será parcelado em dois pagamentos, vencendo em 30 de maio e 30 de junho de 2014.

Os valores devidos pelas empresas não associadas serão pagos em uma única parcela, sendo que as empresas que não possuem empregados (as) não são obrigadas a efetuar esse pagamento (comprovado com envio da RAIS negativa).

OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE RELAÇÃO ENTRE SINDICATO E EMPRESA

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - MUDANÇA DE LOCAL

38 - MUDANÇA DE LOCAL

Nos casos em que houver mudança de endereço da empresa, esta se obriga a estudar formas que minimizem eventuais transtornos dela decorrentes, bem como efetuar comunicação prévia ao Sindicato.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA (ART / CREA)

40 - ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA (ART / CREA)

As empresas, em conjunto com o **SENGE-RJ**, implantarão, em até 60 dias após a assinatura desta CCT, sistemática para emissão e pagamento da ART/RRT de projetos, obras ou fiscalização de serviços realizados por seus profissionais representados pelo SENGE-RJ e pelo SARJ, bem como dos cargos e funções desempenhadas pelos mesmos, no âmbito da empresa, em cumprimento à Lei 6.496/77, adotando, também, providências para possibilitar a construção do acervo técnico de cada profissional, composto de todo o trabalho de criação do empregado, ainda que seus resultados sejam auferidos pelo empregador.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - RELAÇÃO DE EMPREGADOS / EMPRESAS

42 - RELAÇÃO DE EMPREGADOS / EMPRESAS

As empresas encaminharão ao SENGE-RJ e ao SARJ a relação nominal dos seus empregados, representados pelos respectivos sindicatos, bem como cópias dos comprovantes de pagamentos da Contribuição Sindical Urbana/2014, referente a cada um desses profissionais, até 30 dias após a data de transmissão para registro desta CCT junto ao MTE/Sistema Mediador.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Na relação nominal referida no caput deverão constar, para cada empregado representado pelo SENGE-RJ e pelo SARJ, as seguintes informações: nome, cpf, rg, número do registro no Crea ou CAU e o respectivo estado de origem desse registro, formação (graduação: ex: Engenheiro Civil / Arquiteto), bem

como a da de admissão do empregado na empresa.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O Sinaenco/RJ encaminhará ao SENGE-RJ e ao SARJ, no prazo máximo de 30 dias após a assinatura da presente CCT, a relação das empresas associadas ou filiadas pelo Sinaenco/RJ, onde deverão constar, para cada empresa, a Razão Social, o nome Fantasia, o endereço da matriz e de cada uma de suas filiais, bem com o número do CNPJ de cada uma dessas unidades.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - POLÍTICA SETORIAL

44 - POLÍTICA SETORIAL

O SINAENCO, em conjunto com o Sindicato profissional conveniente e outras entidades afins, empenhar-se-ão intensivamente para tornar viável a realização de seminários repetidos anualmente, abrangendo todo o Setor de Engenharia Consultiva no Brasil. Tais seminários terão a finalidade de promover amplas discussões para atualização dos conceitos e estratégias da ação política do referido Setor, buscando encontrar alternativas viáveis para a geração de novos empregos, em consonância com o desenvolvimento tecnológico deste segmento da economia nacional, bem como a sua inserção no Mercosul e na Economia Mundial.

DISPOSIÇÕES GERAIS MECANISMOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA - JUÍZO COMPETENTE

47 - JUÍZO COMPETENTE

Será competente a Justiça do Trabalho para dirimir quaisquer divergências surgidas na aplicação da presente Convenção.

DESCUMPRIMENTO DO INSTRUMENTO COLETIVO

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA - MULTA PELO DESCUMPRIMENTO

46 - MULTA PELO DESCUMPRIMENTO

Fica estabelecida a multa no valor equivalente a 5% (cinco por cento) do salário normativo da categoria, por empregado, por infração e por dia, nos casos de descumprimento das obrigações constantes da presente Convenção, revertendo o pagamento em favor da parte prejudicada e não podendo exceder o principal, nos termos do Art. 412 do Código Civil.

PARÁGRAFO ÚNICO – No caso de descumprimento de cláusulas que não tenham valoração econômica, a multa estabelecida no caput fica limitada a um salário normativo da categoria, por empregado.

OUTRAS DISPOSIÇÕES

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA - RENEGOCIAÇÃO

45 - RENEGOCIAÇÃO

Caso ocorram alterações significativas no cenário econômico que interfiram diretamente nas regras estabelecidas na presente Convenção e/ou alteração na legislação salarial vigente, as partes se comprometem a renegociar as condições que restabeleçam o equilíbrio das relações trabalhistas.

PARÁGRAFO ÚNICO - Independente de alterações supervenientes, fica garantida uma reunião semestral entre as partes, restritas, porém, à avaliação do cumprimento da presente Convenção Coletiva.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA - BASE TERRITORIAL DO SENGE_RJ

Base Territorial do SENGE/RJ

48 - O Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro tem a sua base territorial em todos os Municípios do Estado do Rio de Janeiro, exceto o Município de Volta Redonda.

**OLIMPIO ALVES DOS SANTOS
MEMBRO DE DIRETORIA COLEGIADA
SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

**MORGANA PLATCHECK
DIRETOR
SIND NACIONAL EMPR ARQUITETURA E ENGENHARIA CONSULTIVA**

**EDIVALDO SOUZA CABRAL
PRESIDENTE
SINDICATO DOS ARQUITETOS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**